

## CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

**Aviso n.º 1586/2005 (2.ª série) — AP.** — *Contratação de pessoal a termo resolutivo certo.* — Nos termos previstos na Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com as especificidades constantes na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi celebrado um contrato a termo resolutivo certo entre esta autarquia e Mara Lúcia Duarte Pereira Lopes, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe (animador cultural), escalão 1, índice 199, a que corresponde o vencimento líquido mensal de 631,15 euros.

O contrato terá início a 1 de Fevereiro de 2005.

O contrato será válido pelo período de um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

31 de Janeiro de 2005. — O Vereador em regime de permanência, *António Manuel Viana Afonso.*

## CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

**Aviso n.º 1587/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais dois anos, com efeitos a 2 de Dezembro de 2004, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o trabalhador Manuel Pereira Mota — motorista de transportes colectivos.

3 de Fevereiro de 2005. — Vereador, *Fernando Parreira.*

**Aviso n.º 1588/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais um ano, com efeitos a 8 de Janeiro de 2005, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o trabalhador Fernando Jorge Simões Lebre — operário qualificado (carpinteiro de limpos).

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1589/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais dois anos, com efeitos a 12 de Janeiro de 2005, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com a trabalhadora Tília Rodrigues Paiva — técnico superior (engenheira geóloga) de 1.ª classe.

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1590/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais dois anos, com efeitos a 19 de Janeiro de 2005, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o trabalhador Vítor Mota Gonçalves — técnico superior (gestão de empresas) estagiário.

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1591/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais dois anos, com efeitos a 12 de Janeiro de 2005, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o trabalhador Rui Antunes Patrício — operário qualificado (pedreiro).

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1592/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais um ano, com efeitos a 15 de Dezembro de 2004, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com a trabalhadora Odete Conceição Mota Gomes Antunes — engenheiro técnico civil (estagiário).

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1593/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais dois anos, com efeitos a 19 de Dezembro de 2004, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com a trabalhadora Lucília Jesus Alberto Rodrigues — auxiliar administrativo.

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1594/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado por mais dois anos, com efeitos a 19 de Dezembro de 2004, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo do artigo 18.º do mesmo diploma legal, com reporte actual ao artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com a trabalhadora Maria Madalena Ferreira Corte Real — auxiliar de serviços gerais.

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1595/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo da alínea *h)* do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, válido pelo prazo de um ano, com Maria Helena Pereira dos Santos Martins, com início em 2 de Fevereiro de 2005, para a categoria de auxiliar administrativo.

[Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *g)* do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota.*

**Aviso n.º 1596/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo da alínea *h)* do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, válido pelo prazo de um ano, com

Fernando José Antunes Faustino Pimpão dos Santos, com início em 2 de Fevereiro de 2005, para a categoria de operário semiqualficado (cantoneiro).

[Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.

**Aviso n.º 1597/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, válido pelo prazo de um ano, com Manuel da Mota Lopes, com início em 2 de Fevereiro de 2005, para a categoria de vigilante de jardins e parques infantis.

[Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA**

**Aviso n.º 1598/2005 (2.ª série) — AP.** — *Celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo certo.* — Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho da presidência de 29 de Novembro de 2004, foram celebrados por esta Câmara Municipal contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os trabalhadores a seguir indicados, para o exercício das funções de técnico profissional de 1.ª classe (medidor orçamentista), do grupo de pessoal técnico profissional, escalão 1, índice 222, a que corresponde o vencimento de 704,10 euros:

Humberto Gonçalves Fernandes e Juvenal Filipe Ribeiro Coutinho, com início a 31 de Janeiro de 2005, pelo prazo de um ano, eventualmente renováveis.

Os contratos em causa foram celebrados por urgente conveniência de serviço e terão a duração supracitada.

31 de Janeiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Daniel Campelo*.

**Aviso n.º 1599/2005 (2.ª série) — AP.** — *Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo.* — Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho da presidência de 13 de Janeiro de 2005, foi celebrado, por esta Câmara Municipal, um contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o trabalhador Sérgio Ricardo de Barros Gonçalves, para o exercício das funções de auxiliar de serviços de electricidade do grupo de pessoal auxiliar, escalão 1, índice 128, a que corresponde o vencimento de 405,96 euros, o qual tem início no dia 1 de Fevereiro de 2005 pelo prazo de um ano, eventualmente renovável.

O contrato em causa foi celebrado por urgente conveniência de serviço e terá a duração supracitada.

1 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Daniel Campelo*.

**CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM**

**Aviso n.º 1600/2005 (2.ª série) — AP.** — *Renovação de contrato.* — Para os devidos efeitos torna-se público que, ao abrigo do disposto no artigo 26.º, n.ºs 1 e 2, e artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e artigo 139.º do Código do Trabalho, por despacho do presidente da Câmara datado de 7 de Fevereiro de 2005, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo com Maria de Fátima Costa Miranda, auxiliar de acção educativa, com a remuneração de 450,37 euros, índice 142, por mais um ano, sendo o termo em 2 de Março de 2006.

14 de Fevereiro de 2005. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Técnica Superior Principal, *Ana Paula Moreira Baldaia Queirós*.

**CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA**

**Aviso n.º 1601/2005 (2.ª série) — AP.** — Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que, por despacho do signatário de 2 de Fevereiro de 2005, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo, por um período de dois anos, com Patrícia Alexandra Simão de Melo, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe — área funcional de BAD — biblioteca, arquivo e documentação — grupo de pessoal técnico profissional.

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Fernando Diniz Gomes*.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO**

**Aviso n.º 1602/2005 (2.ª série) — AP.** — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que foi renovado, por mais seis meses, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003 — Código do Trabalho, o contrato de trabalho a termo certo celebrado com André Dinis Mota da Costa, engenheiro técnico civil, escalão 1, índice 295, com efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2005.

2 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Orlando Fernando Carvalho Mendes*.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA**

**Aviso n.º 1603/2005 (2.ª série) — AP.** — Por ter saído com inexactidões, a seguir se republica a listagem de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas por esta Câmara Municipal no ano 2004:

Designação da empreitada	Tipo de concurso	Valor da adjudicação (sem IVA) (euros)	Adjudicatário	Data da adjudicação
Construção de parque de estacionamento na Rua da Boa Vista.	Concurso público	104 742,06	Açorvias, L.ª	3/2/2004
Construção dos arranjos exteriores ao campo de futebol de Guadalupe.	Concurso limitado	93 757,91	Tecnovia Açores, L.ª	6/2/2004
Reabilitação de arruamentos das freguesias de Santa Cruz, São Mateus e Luz.	Concurso público	640 839,70	Tecnovia Açores, L.ª	22/4/2004

11 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Ramos de Aguiar*.